

CÂMARA MUNICIPAL

DE

O D E N I R A

m² e com a localização prevista na planta anexa, a qual rubrirei e fiz autenticar com o selo branco desta Câmara Municipal;

2. Para conclusão dos trabalhos de urbanização é fixado o prazo de (e) 1 ano

3. Para instalação de equipamentos gerais são cedidas as parcelas suqueiros
correspondente a praças e arrecadação —

identificadas na planta a que se refere o n.º 1;

4. O financiamento a que se refere a parte final da alínea h) do n.º 1 do artigo 7.º do diploma mencionado é de _____, tendo sido pago em (f) _____.

Da concessão do presente alvará vai ser dada imediata publicidade nos termos legais e enviada cópia autenticada à Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho.

J. L. Pinto
(Selo branco)

Registado na Câmara Municipal de _____,

livro 3, fl. 24285, n.º 17/83, em 11 de Outubro, de 1983.

O Chefe da Secretaria,

(a) — Nome completo, estado, profissão e morada, ou denominação social e sede. (b) — Despacho ministerial ou deliberação da câmara municipal. (c) — Este parágrafo será omitido se não existir plano de urbanização aprovado para o local, sendo então substituído pelo parágrafo seguinte. Quando o loteamento se não conforma com o plano de urbanização aprovado, a última frase será substituída por esta outra: «e está de acordo com a alteração do plano, aprovado por despacho de.....». (d) — Este parágrafo será omitido se existir plano de urbanização aprovado para o local. (e) — Quando a execução das obras de urbanização tenha sido autorizada por fases, a redacção deverá ser a seguinte: «Para conclusão dos trabalhos de urbanização são fixados os prazos de...., respectivamente para as..... fases de execução». (f) — Incluir apenas quando o requerente se não tenha comprometido a executar por sua conta os trabalhos de urbanização não previstos pela Câmara Municipal.

— Modelo aprovado por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, de 25-9-73 (Diário do Governo, II série de 2-10-73).

Alvará de Loteamento N.º 20/83

Festiveiro Augusto Soeiro Abreu dos Santos, Presidente da Câmara Municipal supra mencionada:

No uso da competência que me confere o artigo 107.º da Lei n.º 79/77, de 25-X-77 e de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho, hei por conveniente passar o presente alvará de licença, que assino e faço autenticar,

a (a) Acúscio, Poucoigreja, Almeida, Nálio, Calapes, residentes, respectivamente na,

a quem foi autorizado, em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 26 de Outubro de mil novecentos e setenta e três, o loteamento urbano do prédio sito entre "Sobradinho da Portela" e só "Sobradinho", da freguesia de S. Martinho das Amoreiras, deste Município, com as confrontações pelo Norte com a estrada da Atalaia, pelo Leste com via pública, Sul com terrenos de António Tijunira e Augusto Corrêa e pelo Ocidente com terrenos de José Ruivo e Terceira da Atalaia.

o qual está inscrito na matriz predial edifício, da freguesia de S. Martinho das Amoreiras, sob o artigo 134 e loteava-se sob o artigo 131 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Obreiro, sob o n.º 9144,

, livro B-26, fl. 183-v, tendo os projectos definitivos

das respectivas obras de urbanização sido aprovados em reunião da mesma Câmara realizada em 26 de Outubro de 1973

O loteamento situa-se em local abrangido pelo plano de urbanização de _____, aprovado nos termos do Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro, por ^(b) _____, datado _____ de 19_____, com o qual está conforme ^(c) _____.

O loteamento situa-se fora do Plano de Urbanização.

O pedido de licenciamento do loteamento mereceu parecer favorável da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, bem como das seguintes entidades, nas datas abaixo indicadas ^(d):

a) Da Gabinete de Planeamento e Gestão Urbana, em Vila Franca de Xira.

A Câmara Municipal atendeu ao facto de se tratar de um terreno onde se encontravam já constatadas várias habitações deliberaou concedeu o presente alvará.

Cem os pedidos de licenciamento e de aprovação dos projectos definitivos das obras de urbanização o requerente juntou os seguintes elementos:

a)

Foi prestada a caução a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 289/73, da quantia de _____, mediante _____.

e com o fim de garantir a execução das seguintes obras de urbanização:

a) A Promotor Municipal dispõe-se a apresentar
tais obras de execução.

A realização do loteamento fica sujeita às seguintes prescrições:

1. É autorizada a constituição de doze lotes de terreno, numerados de 1001 a 1012, com as áreas, respectivamente, dos quais o lote n.º 2, lote n.º 4, lote n.º 5, lote n.º 6 e lote n.º 8 já estão legalmente com os cércos respetivamente, de lote n.º 1-289,50m², lote n.º 2-305,21m², lote n.º 3-407,68m², lote n.º 4-309,50m², lote n.º 5-215,62m², lote n.º 6-211,50m², lote n.º 7-8,821m², lote n.º 8-255,80m², lote n.º 9-116,50m², lote n.º 10-158,21m², lote n.º 11-277,50m² e lote n.º 12-382,68m².

CÂMARA MUNICIPAL
DE

ODENIRA

m² e com a localização prevista na planta anexa, a qual rubrirei e fiz autenticar com o selo branco desta Câmara Municipal;

2. Para conclusão dos trabalhos de urbanização é fixado o prazo de (e)

3. Para instalação de equipamentos gerais são cedidas as parcelas As infraestruturas serão da responsabilidade do requerente.

identificadas na planta a que se refere o n.º 1;

4. O financiamento a que se refere a parte final da alínea h) do n.º 1 do artigo 7.º do diploma mencionado é de , tendo sido pago em (f)

Da concessão do presente alvará vai ser dada imediata publicidade nos termos legais e enviada cópia autenticada à Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho.

J. L. Almeida
(Selo branco)

Registado na Câmara Municipal de

livro 3, fl. 26.282, n.º 20/83, em 26 de Julho de 1983
O Chefe da Secretaria,

(a) — Nome completo, estado, profissão e morada, ou denominação social e sede. (b) — Despacho ministerial ou deliberação da câmara municipal. (c) — Este parágrafo será omitido se não existir plano de urbanização aprovado para o local, sendo então substituído pelo parágrafo seguinte. Quando o loteamento se não conforme com o plano de urbanização aprovado, a última frase será substituída por esta outra: «está de acordo com a alteração do plano, aprovado por despacho de.....». (d) — Este parágrafo será omitido se existir plano de urbanização aprovado para o local. (e) — Quando a execução das obras de urbanização tenha sido autorizada por fases, a redacção deverá ser a seguinte: «Para conclusão dos trabalhos de urbanização são fixados os prazos de....., respectivamente para as..... fases de execução». (f) — Incluir apenas quando o requerente se não tenha comprometido a executar por sua conta os trabalhos de urbanização não previstos pela Câmara Municipal.

— Modelo aprovado por despacho de S. Ex.a o Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, de 25-9-73 (Diário do Governo, II série de 2-10-973).

Alvará de Loteamento N.º 21/83

Festino Augusto Baptista Alves dos Santos, Presidente da Câmara Municipal supra mencionada:

No uso da competência que me confere o artigo 107.º da Lei n.º 79/77, de 25-X-77 e de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho, hei por conveniente passar o presente alvará de licença, que assino e faço autenticar, a (e) Inácio Guerreiro,

[redacted], residente nas [redacted]
[redacted], deste concelho

a quem foi autorizado, em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 26 de Outubro de mil novecentos e setenta e três, o loteamento urbano do prédio sito na Vale de Espadaneira, da freguesia de S. Tiago, deste Município, com as confrontações Norte com caueiro público, pelo Nor
este com terras de Naveel [redacted] Simas, pelo Sul e Poente com terras de Naveel faias
to.

o qual está inscrito na matriz predial velha, da freguesia de S. Tiago, sob o artigo 1.522 e descrito na Conservatória

do Registo Predial de Odeceixe, sob o n.º 10322, livro 3-20, fl. 46, tendo os projectos definitivos